

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dóia Guglielmi - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Combate a violência contra as mulheres de Santa Catarina.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao Dia Mundial do Escoteiro.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala sobre o planalto norte e a Ferrovia do Frango.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra a audiência pública que está programada para a próxima sexta-feira, dia 26, em Porto União, a respeito da diferença de impostos ou mais especificamente de ICMS entre o Paraná e Santa Catarina.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKULARK - Registra o Dia do Policial Civil e o Dia de Tiradentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a senhora deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom dia Sr. presidente, deputado Jailson Lima e deputado Neodi Saretta, catarinenses que nos acompanham através da rádio digital e TV Assembleia.

(Passa a ler.)

"Ocupo mais uma vez esta tribuna, srs. deputados, para falar de um assunto de extrema importância, que é a violência contra as mulheres de Santa Catarina.

Na semana passada participei, ao lado de militantes feministas de todo o estado, de uma oficina organizada pela Associação Mulheres pela Paz, presidida pela nossa querida companheira Clara Charf, militante feminista, que sobreviveu às prisões da ditadura e que aos 87 anos de idade, com uma lucidez incrível, invejável, com uma serenidade maravilhosa, ainda continua na luta, principalmente na questão da violência contra a mulher.

Clara Charf, ao nos definir paz, propõe ações transformadoras de solidariedade e de luta coletiva. Paz, para ela, significa ação. Paz, para ela, significa transformação para um mundo melhor, um mundo sem violência.

E a oficina 'Redefinindo a Paz - Tráfico de Mulheres e Violência Sexual: metodologia de educação popular feminista específica para trabalhar com mulheres e homens' nos proporcionou vários momentos de formação e de profunda reflexão. São muitas as forças contrárias ao nosso movimento pelo fim de qualquer forma de violência contra as mulheres, com as mais variadas formas de opressão, de preconceito e de discriminação, senhoras e senhores.

Com a ausência total do estado para coibir essas práticas através da prevenção, as diversas mídias e meios de comunicação reproduzem tais

violências diariamente. E a sociedade capitalista, machista e patriarcal, transforma as pessoas em coisas, onde estuprar, matar e traficar meninas e mulheres é algo considerado normal para algumas pessoas. E não podemos nos calar frente aos desafios que nos são colocados, como no caso da violência sexual e o tráfico de mulheres.

As histórias contadas em uma novela de horário nobre estão aquém da realidade da violência e tráfico de mulheres. Podemos afirmar que a realidade não é de tanta sorte quanto a sociedade vem acompanhando, através da televisão, afinal as atrizes são personagens que permanecerão vivas, o que não acontece com milhares de mulheres de nosso país.

De acordo com o relato de uma vítima do tráfico sexual que nos trouxe seu depoimento, nessa oficina que aconteceu na quinta e sexta-feira passada, e que viveu algum tempo na Espanha, são muitas mulheres morrendo fora de nosso país e são muitas as catarinenses vivendo uma vida de escravidão aqui, dentro de nosso estado, o que chamamos de 'tráfico interno'.

A Polícia Federal vem agindo, a exemplo das operações, deputado Jailson Lima, Messalina, em 2007, quando libertaram mulheres vindas da cidade de Missiones para boates de Rio do Sul e Ituporanga; Operação Sissifo, em 2012, quando libertaram mulheres traficadas do Paraguai para a cidade de Imbituba.

Ao questionarmos o delegado Ildo Rosa, da Polícia Federal, naquela oficina, sobre os dados do tráfico de mulheres, em Santa Catarina, foi-nos informado que esses dados não podem servir de referência para uma avaliação real da situação, em função do tráfico interno ser de responsabilidade da secretaria da Segurança Pública.

Os senhores e senhoras sabiam que o tráfico de pessoas é a terceira maior fonte de riqueza do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas e drogas? Sabiam que o traficante chega a investir até U\$15 mil apenas para aliciamento de uma vítima?

Aqui na capital temos um exemplo também de uma menina que estava sendo aliciada por um casal de estrangeiros, procedendo da seguinte maneira: pagam as dívidas, compram passagens, pagam roupas, pagam calçados, pagam hospedagem, pagam alimentação, mas quando essas meninas, essas mulheres chegam aos seus destinos confiscam seus documentos, as vítimas ficam presas, são obrigadas a se prostituírem e a consumir álcool e drogas.

Perguntamos o que Santa Catarina tem feito para prevenir esse crime de tráfico e violência contra as mulheres, o que tem feito para dar assistência às vítimas desse crime, o que tem feito para penalizar os responsáveis por isso.

Se existe uma política nacional de enfrentamento de violência contra a mulher, uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e aí a nossa pergunta, por que essas políticas ainda não foram implementadas em nosso estado, onde há tráfico internacional de mulheres e de meninas e também o tráfico interno? Essas e outras perguntas foram feitas durante a oficina e ficaram sem respostas, infelizmente.

Então, com o objetivo de buscar respondê-las me foi passada a responsabilidade, pois no próximo dia 23 realizaremos uma reunião da bancada feminina da Alesc, juntamente com a deputada Angela Albino, com a deputada Luciane Carminatti, com a deputada Dirce Heiderscheidt, com a proposta de realização de uma audiência pública e seminários regionais para debatermos em nosso estado o tráfico de mulheres e de meninas, a violência sexual.

Verificaremos, por meio de seminários, o que acontece realmente em nosso estado, porque a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil não têm esses dados concretos, mas sabemos que existe muito disso.

Então, é preciso dialogar com a sociedade, esclarecer de que forma o tráfico de mulheres está organizado no estado de Santa Catarina, como as redes funcionam, onde se deve denunciar, onde procurar auxílio, como se construir uma rede de atenção às vítimas do tráfico e da violência

sexual, pois aqui sofremos com a ausência de políticas públicas que coíbam esse tipo de violência em nosso estado, mas verificamos, através desses dados que a secretaria da Segurança Pública divulgou, que em um ano dobrou o número de registros de homicídio doloso de mulheres em situação de violência doméstica.

Bom, senhoras e senhores e sociedade catarinense, é necessário falarmos, denunciarmos em todos os espaços onde estivermos, pois a violência contra a mulher é crime, e o tráfico de pessoas é crime. E quem omite ou reproduz essa violência também comete crime. Portanto, precisamos de uma vez por todas realizar ações para mudar essa situação em nosso estado.

A nossa assessoria fez uma pesquisa sobre a violência contra as meninas e mulheres em Santa Catarina, tendo como base o estudo, os boletins de ocorrência registrados na secretaria da Segurança Pública. E mais uma vez deparamo-nos com a omissão do governo do estado.

Mas agora, em relação a um tipo de violência sexual contra meninas e mulheres, o estupro, sabem quantos boletins de ocorrência tivemos por estupro de meninas e mulheres no ano passado e quantos inquéritos foram instaurados? Salientamos que é um número significativo de subnotificação. Foram 2.334 meninas e mulheres que procuraram pelo socorro do estado por serem estupradas, dessas, 1.721 eram crianças e adolescentes, ou seja, 74% dos estupros registrados foram de meninas, e apenas 44% dos boletins de ocorrência tiveram inquérito policial instaurado.

Olhem o descaso do estado de Santa Catarina na proteção da nossa menina. Se o estado não consegue contemplar a Lei Maria da Penha e não consegue construir políticas de enfrentamento à violência doméstica, imaginem se vai construir uma rede de prevenção ao tráfico de mulheres e à violência sexual e de atenção às meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade.

Mulheres e homens que representam diversos movimentos, sindicatos, centrais sindicais, associações, estavam presentes nessa oficina

redefinindo a paz, o tráfico de mulheres e a violência sexual.

Por isso, a bancada feminina desta Casa e os homens deste Parlamento têm que se unir para enfrentar esse problema que está acontecendo no estado de Santa Catarina, que é visível, principalmente o estupro de meninas e a violência contra as mulheres. E a nossa Polícia Militar precisa estar atenta.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputada Ana Paula Lima, pelo pronunciamento, pois é importante nos dias de hoje, tendo em vista o contingente de violência contra as mulheres.

Inscrito o deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, no próximo dia 23 de abril mais de 30 milhões de membros ao redor do mundo comemorarão o Dia Mundial do Escoteiro. Só no Brasil são mais de mil grupos de escoteiros existentes. O escotismo é uma força social a serviço de uma cultura da paz, fundado em 1907. É um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário e sem fins lucrativos. Sua proposta é o desenvolvimento do jovem por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na promessa e na lei escoteira. E, através da prática de trabalho em equipe e da vida ao ar livre, faz com que o jovem assuma o seu próprio crescimento e torne-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

Faço essa introdução para fazer referência ao escotismo, principalmente nessa data de 23 de abril, e também para registrar com muita honra que recebi aqui uma correspondência do Grupo Escoteiro Concórdia, que vai fazer um cerimonial comemorativo aos seus 30 anos, agora, neste sábado, dia 20 de abril do corrente, em que pretende reunir os atuais membros. O Grupo Concórdia Escoteiro foi fundado no dia 23 de

abril, data comemorativa ao dia mundial. E o nome escolhido é para homenagear a cidade de Concórdia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Parabéns ao Grupo Escoteiro Concórdia. E fica aqui também o registro de que Santa Catarina está comemorando 100 anos de escotismo. E estaremos fazendo uma sessão solene no dia 1º de agosto, quando iremos fazer uma homenagem a todos os grupos de escoteiros, à união dos escoteiros, ao seu presidente que esteve presente neste Parlamento. Então estaremos homenageando todos os escoteiros do estado de Santa Catarina. E o primeiro grupo de escoteiro aconteceu na minha cidade de Blumenau.

É muito importante homenagearmos essas pessoas, essas crianças, esses adolescentes que fazem um belo serviço, principalmente de prevenção.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Agradeço as suas palavras, deputada Ana Paula Lima, que vêm reforçar o que falamos sobre o escotismo com essa sessão especial justa e merecida. Apenas no Brasil há mais de 1.000 grupos de escoteiros, que fazem um trabalho comunitário e social importante. Em Concórdia, muitas pessoas participam, bem como acontece em outras cidades. E inclusive lembramos que o primeiro grupo de escoteiros iniciou em Blumenau.

Eu até encerro essa homenagem que faço aos escoteiros, uma vez que se comemora o Dia Mundial do Escoteiro no dia 23 de abril, e em especial o Grupo Escoteiro Concórdia. E usando as frases que estão no próprio documento que tenho em mãos, aqui, que nos foi remetido pelo Grupo Escoteiro Concórdia, diz: "Temos certeza de que completamos 30 anos de trabalho educativo junto aos jovens concordienses e voluntariado para a comunidade, respeitando os princípios do escotismo e sempre alerta para servir".

Com essas palavras parabenizo não apenas os membros do Grupo Escoteiro Concórdia, mas todos os escoteiros deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Jailson Lima, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, assomamos a esta tribuna para falar sobre o planalto norte, e consideramos os municípios de Campo Alegre a Porto União.

Os municípios do planalto norte têm uma diferenciação e um IDH médio baixo. Há cidades prósperas, de grande capacidade comercial e industrial, como São Bento do Sul. Mas nós temos municípios menores, que precisam de um programa especial por parte do governo, necessitam de incentivos fiscais. Temos que fazer com que o ICMS seja diferenciado no planalto norte.

Tínhamos a ideia de colocar um ICMS diferenciado ao longo da BR-116, que viria de Lages, Mafra, Canoinhas, Santa Cecília, Timbó Grande, que são municípios que estão em vias de desenvolvimento e precisam do apoio do governo do estado. O litoral vai muito bem, com a instalação de grandes empresas. A BMW é uma delas. O desenvolvimento econômico no litoral é muito. Precisamos, com certeza, promover o desenvolvimento econômico dos municípios.

Fala-se muito da ferrovia do frango, mas ainda não está pronto o projeto. Este deputado e a maioria dos deputados desta Casa votaram uma moção para que a ferrovia do frango passasse pelo planalto norte. Temos certeza de que se a ferrovia passar por Caçador, Joaçaba, Mafra, Joinville, chegando ao porto de São Francisco do Sul, de Itapoá, vai fazer uma grande diferença e a redenção do planalto norte.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Eu estou convidando todos os órgãos envolvidos nisso para uma reunião preliminar, tecnicamente. Não tem nada relacionado com políticas da região.

Estamos convidando a Fiesc, a Facisc, o Crear, a Associação dos Engenheiros, deputados estaduais e federais e outras entidades afins, para que no dia seis de maio, a partir das 15h, uma reunião, aqui, no plenarinho, para tratarmos tecnicamente da viabilidade das proposições que deveremos fazer dentro de um critério técnico, porque, hoje, não tem projeto de viabilidade, só existem proposições.

Então, vamos reunir quem conhece pessoas da área, como engenheiros, para começarmos a discutir dentro de um processo legal e técnico, para que aí, sim, possamos viabilizar esse processo.

Acho muito importante, são várias opções, já anunciadas por entidades, por grupos e pelo próprio ministério.

Então, vamos fazer essa reunião dia seis de maio, deputado, para que possamos também traçar uma diretriz para isso. E v.exa. já está convidado, mas irá receber o convite no seu gabinete.

O plenarinho já está liberado para essa reunião, no dia seis de maio.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - V.Exa. faz com que a discussão sobre a rede ferroviária nossa comece a ser técnica. E acho importante essa reunião do dia seis. Vamos participar. E vamos realmente dar a nossa opinião, primeiro, porque sou filho de ferroviário.

Senhores, já temos um leito pronto da ferrovia. Temos que mudar a bitola de 1m para 1,60m. E vai custar muito e muito mais barato, se fizermos a Ferrovia do Frango sobre um leito de uma ferrovia que já existe. Não precisamos mais de licença ambiental, que é um grande entrave para uma ferrovia. A parte financeira será menos da metade a ser investida. Até acho que temos que fazer mais rodovias. E é viável a ferrovia que está sendo planejada de Rio do Sul, Blumenau a Itajaí. Acho que essa é a segunda opção.

A primeira opção temos que fazer para uma ferrovia já existente. Uma ferrovia que tem a sua tradição. Nós temos a parte histórica que trata da Guerra do Contestado, da Ferrovia do Contestado. Vamos resgatar a nossa história, resgatar a nossa dignidade do planalto norte.

Quero dizer aos senhores deputados que vamos também fazer uma audiência pública em Canoinhas no mês de maio.

Quero agradecer a v.exa. por antecipar essa reunião técnica, que acho muito pertinente e tem que ser, primeiramente, discutida. Quero parabenizá-lo pela ideia, pela conduta a ser tomada, já que v.exa. pertence à comissão de Transporte.

Quero dizer, juntamente, com o deputado Silvio Dreveck, que vamos fazer essa audiência pública lá em Canoinhas sobre a ferrovia que passo até a chamar de Ferrovia do Contestado, deputado Reno Caramori, porque é uma ferrovia que traz de volta a nossa história. E mais, quero trazer pessoas de Joinville, São Francisco do Sul, Itapoá, que serão beneficiadas. Se passar a ferrovia por Mafra até o porto de Paranaguá poderá ser beneficiado. E vamos ter o apoio do Paraná para a ferrovia do planalto norte, que é uma parte importante também. São dois estados pensando a mesma coisa.

Também, quero dizer ao senador Luiz Henrique que encampe essa grande jornada, ideia que já existe há muito tempo. Peço ao senador Casildo Maldaner que nos ajude no Congresso Nacional, assim como os deputados federais. Agradeço aos deputados estaduais que aprovaram uma moção deste deputado para que o projeto e iniciação dos trabalhos da ferrovia do planalto norte.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não, nobre deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Criamo-nos em Marcílio Dias, ao lado da nossa ferrovia. Tenho um primo, Vando Eskudlark, em Porto União, que era telegrafista e foi chefe da rede ferroviária,

junto com o seu pai, deputado Antônio Eskudlark. Portanto, é uma história.

Nós teremos, hoje, em São Miguel d'Oeste uma reunião sobre a ferrovia. O governo federal já sinalizou com o projeto não saindo de Chapecó, mas da fronteira do extremo oeste, cortando os municípios de Itapiranga, Mondaí, Chapecó, Caçador, e esse trajeto que já existe. Portanto, esse seria o grande salto econômico do estado para os próximos dez anos, vinte anos, trinta anos.

Então, quero parabenizar v.exa. por estar encabeçando e liderando esse movimento. É o que o planalto norte tanto queria, porque lá não vai indústria porque tem o problema da luz, e a luz não vai porque não tem indústria suficiente para o consumo. Assim está a história do ovo e da galinha.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Também quero parabenizá-lo, que é uma visão maior. E dizer que não apenas São Miguel d'Oeste, mas quero apoiá-lo nessa reunião e dizer a v.exa. que leve a ideia de chegarmos a Valparaíso, no Chile, para termos a comunicação com o Pacífico. Uma ideia muito boa, fazendo com que a ligação se faça também através da Argentina e Chile.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, sr. deputado Antônio Aguiar.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, seguramente a reforma tributária é uma das reformas, no meu entender, justamente das mais difíceis de ser implementada, pelo menos na sua totalidade, e é um processo que já começou faz tempo.

No governo Fernando Henrique, por ocasião da implementação de algumas reformas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal, as reformas no setor econômico, as sociais, a da Previdência e a reforma tributária, cujo princípio quer fazer

chegar a todos os brasileiros parte dos recursos do bolo tributário...

É difícil arrecadar de uma forma justa, mas muito mais difícil é fazer uma divisão justa de tudo o que se arrecada. E o Brasil, que tem essa arrecadação perto de 40%, poderia, sim, fazer uma política de equalização social extraordinária com o volume de recursos que arrecada. E nós ainda temos as três estâncias de governo. A estância municipal, estadual e federal. E temos arrecadação nas três estâncias. A parte que é só municipal, a parte que é só estadual e a parte nacional. Sendo que a parte do município é uma arrecadação pequena, em torno de 10,12%, no máximo 13%. O estado chega a 17%, a 20%, e gradativamente tanto a municipal como a estadual vem diminuindo. Em compensação aumentou muito a arrecadação nacional.

Naturalmente que temos buscar uma maneira para fazer a divisão desse grande bolo tributário arrecadado, mas é uma coisa difícil. E existem inúmeros serviços que o governo presta. Por exemplo, a divisão, a contribuição que o governo dá na saúde, na rede de atenção básica, na rede de atenção especializada, na alta complexidade. E essa divisão vem para os estados e vai para os municípios em forma per capita, justamente para dividir aquele bolo, naquele setor da saúde que tem a ver com as pessoas, e igualmente é na área da educação.

O Fundeb foi um grande avanço que tivemos na ocasião quando fui membro da comissão especial da Educação, que fez essa análise. A constituição desse fundo, a redistribuição para o município e para o estado já foi uma grande tarefa na intenção de fazer chegar os recursos às pessoas, através da Educação.

A Previdência é outro grande instrumento para fazer chegar às pessoas uma parte desse grande bolo arrecadado, através da aposentadoria.

No momento de fazer a arrecadação do INSS havia de certa maneira uma injustiça, por conta de alguns serviços que muitas vezes precisam de um grande número de funcionários que não podem ser substituídos por robôs, que não podem ser

automatizados, que precisam das pessoas para ser executados. Esse tipo de trabalho não há como diminuir a arrecadação, não há como diminuir as custas da empresa por conta do enxugamento. Por exemplo, como enxugar o atendimento feito em escolas particulares? Como vamos enxugar a folha de pagamento dos hospitais? Como vamos enxugar a folha de pagamento em confecções que se usa a mão de obra feminina, mas que exige um grande manuseio da pessoa? No setor de couro e de calçados?

Então, o princípio de que a arrecadação do INSS deveria ter que a ver não apenas com a pessoa, mas muito com a produção, com a movimentação financeira, com a movimentação bruta da empresa, com o movimento econômico dela, justamente para fazer a compensação entre a mão de obra que é imprescindível. Em alguns setores é difícil substituir pela robotização. Em outras empresas é fácil substituir, porém, não podemos esquecer de que o principal elemento a ser atendido pelo sistema de arrecadação é a pessoa, é o indivíduo.

O governo cobra os impostos, cobra a previdência, cobra o FGTS que arrecada através das empresas, e tudo isso é instrumento para garantir qualidade de vida, para garantir segurança social para todas as pessoas, especificamente para o trabalhador.

Então, agora o governo está incrementando dentro do sistema de previdência a substituição dos 20% que a empresa deve pagar sobre a folha de pagamento dos seus funcionários pelo percentual de 1% ou 2%, de acordo com o setor, do movimento bruto da empresa.

(Passa a ler.)

"E aí, inicialmente, foram alguns setores como: confecção; *callcenter*; couro e calçados; softwares (tecnologia da informação e comunicação); ou seja, serviços e empresas que necessitem de pessoas trabalhando. O objetivo não é apenas impedir a demissão, mas fazer com que as empresas que robotizem os seus serviços continuem pagando, e muitas vezes, ou a grande maioria das vezes, esse robô não é fabricado aqui.

Em 2013, foram incluídos mais 11 setores: têxtil, naval, aéreo, material elétrico, autopeças, hotéis, plásticos, móveis, ônibus, máquinas e equipamentos para produção do setor mecânico. E agora, recentemente, o governo coloca mais 25 novos setores que são: aves, suínos e derivados, pescado, pães e massas, fármacos e medicamentos, equipamentos médicos e odontológicos, bicicletas, pneus e câmaras de ar, papel e celulose, vidros, fogões, refrigeradores e lavadoras, cerâmicas, pedras e rochas ornamentais, tintas e vernizes, construção metálica, equipamento ferroviário, fabricação de ferramentas, enfim, são mais 25 setores, entre eles, suporte técnico de informática, manutenção e reparação de aviões, transporte aéreo, transporte marítimo, fluvial e navegação de apoio e transporte rodoviário coletivo.

São empresas que usam muito mão de obra e que naturalmente não têm como substituir por robô; é importante que se encontre maneiras para se manter a mão de obra.

Vejo que ainda está fora, e vou sugerir a esta Casa que possamos fazer uma moção, sugerindo a inclusão de duas áreas muito importantes, que não estão na primeira intenção nem na segunda nem na terceira, que é justamente incluir o setor saúde e educação, porque existem hospitais que são da rede filantrópica, que já não pagam, e hospitais da rede pública que contribuem de outra maneira, mas existem hospitais e clínicas da rede privada, particular, que precisam estar incluídos para ter um barateamento das custas que têm, como assim também o setor da educação onde tem um vasto serviço na área privada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ouvi atentamente a manifestação do deputado Antônio Aguiar a respeito de dois temas: um deles trata de uma audiência pública que está programada para a próxima sexta-feira, dia 26, em Porto União, a respeito da diferença de impostos ou mais especificamente de ICMS entre o Paraná e Santa Catarina. Lamentavelmente, não estarei lá presente porque tenho uma agenda mais próxima referente a assuntos do extremo oeste. Mas quero apenas registrar que este assunto já tratamos por várias oportunidades nesta Casa, inclusive com o governo catarinense, assunto este que não é tão simples assim.

Ouvi atentamente o meu colega, deputado Antônio Aguiar, dizendo que temos que fazer um ICMS diferenciado, deputado Serafim Venzon, para o planalto norte. O único instrumento que temos para utilizar é através de uma lei de incentivo com alguns critérios, porque não há como implantarmos uma lei apenas para o planalto norte. Bem que eu gostaria, mas é ilegal fazer isso, ou seja, ICMS de 10% para o planalto e de 20% para o sul ou vice-versa. A lei tem que valer para todo o estado.

O que precisamos é criar instrumentos para facilitar o desenvolvimento do planalto norte. E por que há diferenças nesse quesito? Porque o Paraná tem ICMS menor em muitos produtos e ICMS maior em outros, deputado Reno Caramori. Mas naquilo que é essencial, ou seja, na atividade do

comércio, da prestação de serviço e na própria indústria o ICMS do Paraná é menor. Nos produtos da cesta básica, na grande maioria, é zero o ICMS. O nosso varia de zero a 7%.

Então, o que está acontecendo? O empreendedor de Porto União está-se instalando em União da Vitória, porque lá o ICMS é menor. Além disso, temos uma diferença de ICMS na energia, mas não em tudo. No distrito industrial, por exemplo, de Porto União, a tarifa de ICMS é 5% maior. No entanto, há lá um convênio, como em Rio Negro, de 40 anos atrás ou mais. No caso de Mafra e de Rio Negro, a questão da telefonia era código único administrado pela Telesc. Em Porto União, a energia já é fornecida pela Copel, por isso esse problema.

Então, este assunto merece debate? Merece. Ele é de solução difícil? É, mas não impossível. Agora, tem que se entrar em um acordo com o próprio governo do Paraná.

Outro aspecto que foi citado aqui é a questão das ferrovias. Primeiramente, não resta dúvida de que o planalto norte de fato, depois do oeste catarinense, depois do meio-oeste catarinense, que é o grande celeiro de grãos, de milho, de soja, de feijão, entre outros produtos, pois essa é, sem dúvida, uma região muito forte, que tem potencial para produção de grãos.

Nós precisamos é fortalecer a infraestrutura no planalto norte, para que o empreendedor, nessas atividades, não somente na produção de aves e de suínos, como também na industrialização, possa tornar o produto industrializado agregando valor, ou seja, agregando emprego, imposto e assim por diante.

É muito difícil convencer uma BMW ou uma Mercedes a se instalar no planalto norte uma vez que há vários aspectos a serem definidos, desde logísticos ou sobre os portos, os aeroportos, a mão de obra qualificada etc. Dessa forma, cada região tem a sua tendência natural e cultural para algumas atividades, que é o caso do planalto, que hoje, volto a reafirmar, tem grande potencial na produção de grãos e também na agropecuária e, por

conta disso, precisamos levar infraestrutura àquela região. A nossa situação energética no planalto norte, sobre a qual estivemos há poucos dias debatendo lá na cidade de Canoinhas, já é um fato relevante para atrair empreendedores.

A ligação do planalto norte com o vale do Itajaí é fundamental para o desenvolvimento do planalto norte, deputado Reno Caramori, pois faz a integração da BR-116 passando pelos municípios de Papanduva, Itaiópolis, Dr. Pedrinho, que integram todo o vale do Itajaí, deputado Jorge Teixeira, inclusive com...

O Sr. Deputado Reno Caramori (Interferindo) - E os índios, deputado Silvio Dreveck?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Em Santa Catarina não existem índios, deputado Reno Caramori, isso aí foi criado, apareceu um ou outro aqui advindo da Bolívia ou da Venezuela, mas na verdade não temos mais índios aqui. Mas de qualquer forma, usa-se esse instrumento para diminuir a condição de facilidade.

Mas temos que, de fato, levar o desenvolvimento ao planalto norte, além, obviamente, da ferrovia, e aqui quero dizer que respeito muito os meus parlamentares da região do alto vale do Itajaí, de Blumenau, mas estudos preliminares já demonstram que Blumenau não vai usar o trem para levar uma mercadoria para o porto de Navegantes, vai usar o sistema rodoviário, são 50km.

Em segundo lugar, a topografia do vale do Itajaí é complicada, os investimentos são altíssimos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado Silvio Dreveck, o trem tem que passar no médio e no alto vale para chegar ao porto de Itajaí, inclusive os trilhos já existem! Se há anos atrás o trem passava lá, que era muito mais difícil, imagine hoje.

Esta deputada, juntamente com todas as associações comerciais e industriais e entidades,

já discutimos esse assunto e queremos que o traçado passe pelo médio e alto vale do Itajaí, vindo do oeste de Santa Catarina. Somos uma região industrial e temos os portos de Itajaí e Navegantes para transportar as nossas mercadorias mundo afora.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - É legítima a sua defesa, deputada Ana Paula Lima, mas como no oeste, no meio-oeste e no planalto norte já existe, não apenas o traçado, mas a linha, continuamos defendendo a tese de que fazendo essa integração e também a do porto de Itapoá, São Francisco do Sul, Navegantes e vale do Itajaí, o restante dos municípios do alto vale, como Blumenau e Rio do Sul, serão contemplados. Essa é a nossa tese, deputada Ana Paula Lima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, comunico a v.exa., na qualidade de presidente desta Casa em exercício neste instante, que fui convidada para ser observadora internacional das eleições do Paraguai, que acontecerão no domingo, e a formalidade obriga que eu comunique esta Casa, porque é um afastamento do país. Portanto, formalizaremos essa questão por ofício, mas aproveito para avisar que sigo, no sábado, para o Paraguai para ajudar a democracia da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputada Angela Albino, v.exa. estará representando bem esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no próximo dia 21 de abril comemoraremos o Dia do Policial Civil e o Dia de Tiradentes, que é o nosso patrono.

Temos na Constituição Federal, no art. 144, as atribuições da segurança pública, das instituições de segurança pública. E é à Polícia Judiciária que cabe a investigação.

Fala-se em polícia e às vezes vemos algumas delegacias não da forma ideal que gostaríamos de ver. Mas temos a dizer, e dizemos com emoção após mais de 30 anos como policial civil, que nós catarinenses podemos ter um orgulho muito grande da nossa instituição, pela sua história, pelo seu trabalho, pela sua competência e pelos valorosos e valorosas policias civis que temos. Então, queria prestar essa homenagem.

Mas eu peço aos nobres deputados e deputadas que acompanhem o vídeo institucional da Polícia Civil, pois nele está retratado um pouco da importância, competência e história da nossa Polícia Civil catarinense.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Então, srs. deputados, população catarinense, é com muito orgulho que apresentamos esse vídeo institucional para que a população conheça que realmente Santa Catarina tenha uma Polícia Civil que orgulha o seu estado, bravos policiais, treinados, capacitados, com equipamentos e com uma evolução muito grande. E não é por acaso que a Polícia Civil de Santa Catarina é considerada a melhor Polícia Civil em nível de Brasil, seja em termos de preparação, em termos de resultados ou os menores índices de ocorrência policial. É uma Polícia Civil eficiente. Muitas vezes, quando ouvimos algumas críticas ao policial, à atividade policial, não temos ideia que podem ocorrer erros, mas temos grandes profissionais capacitados e uma grande Polícia do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar a nossa Polícia pela atuação. Realmente é importante para que o povo catarinense tome conhecimento, pelo menos, do principal, daquilo que realmente está sendo feito pela nossa gente, pelos catarinenses.

Parabéns!

O Sr. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Então, isso é importante, a qualificação, a preparação, a capacitação do nosso policial. E dia 21 de abril, Dia do Policial Civil, Tiradentes, o nosso patrono, deixamos aí a nossa homenagem a todos os policiais civis catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do Rosa no nosso plenário, do vereador Claudio Padilha, o famoso Bazuca, vereador do PP, lá da querida cidade de Fraiburgo, que vem acompanhado da sra. Neli, assessora da Câmara e também assessora da Apae.

Essas duas pessoas são muito queridas, tanto é que o nosso vereador foi um dos mais votados, representando o Partido Progressista, e a dra. Neli dá assessoria à Câmara de Vereadores e à Apae, além das atividades em seu renomado escritório de advocacia lá em Fraiburgo.

Por isso, cumprimos essas duas pessoas e desejamos que se sintam à vontade no nosso meio. Aliás, eles vêm a esta capital, mais uma vez, buscando recursos e resolvendo problemas das entidades de Fraiburgo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas

terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Projeto de Lei Complementar n. 0002/2011, do deputado Sargento Amauri Soares; Projetos de Lei n.s 0008 e 0236/2012, do deputado Sargento Amauri Soares; 0010/2013, da deputada Dirce Heiderscheidt; 0036/2013, do deputado Nilson Gonçalves; 0312/2009, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0362/2012, do deputado Serafim Venzon; 0445/2011, do deputado Ciro Roza.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0364/2008, de entidade social.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0648/2012, de entidade social.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0013/2013, 0018/2013 e 0162/2013, todos de entidade social encaminhando documentação.

A Mesa apresentou parecer pelo arquivamento do Projeto de Resolução n.0011/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti e outros.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0222/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, e 0223/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também defere de plano os Requerimentos n.s 0354/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0355/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0358/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e 0359/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Na data de ontem, os agentes prisionais iniciaram uma greve até o dia 25, que é resultado da ausência de

negociação com a categoria, lamentamos essa falta de diálogo do governo do estado.

Temos relatos dos agentes que o quadro é insuficiente, há os baixos salários e a ausência de equipamentos de segurança.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de registrar a presença, na manhã de hoje, nesta Casa, do vice-prefeito do município de Morro Grande, sul do estado, sr. Eduir Macedo, acompanhado da vereadora Eliane Züchinali, do vereador Laercio Daltoé, do presidente da Câmara municipal, sr. Edelberto Brina, do sr. Anilson Dalmolin, Anair Saccon e também do Eder Daltoé que é engenheiro agrônomo daquela prefeitura. Eles estão aqui na busca de encaminhamentos de projetos do interesse do município de Morro Grande, que é uma cidade produtora de frango, através da Tramonto Alimentos que muito nos orgulha no sul do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, dia 22 de abril, às 19h, em homenagem aos 47 anos do PMDB.

Está encerrada a presente sessão.